



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

**Acta n.º 12**

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA NO DIA VINTE NOVE DE**  
**MAIO DE DOIS MIL E DEZANOVE.** --

----- Aos **vinte nove** dias do mês de **Maio** do ano de **dois mil e dezanove**, na Sala de Sessões da **Câmara Municipal de Mora**, reuniu a **Câmara Municipal** sob a Presidência do **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, encontrando-se presentes os Senhores Vereadores, **Marco Filipe Barreiros Pires, Paula Cristina Calado Chuço, Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes e Bruno Alexandre Croca Brites** -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** Não houve assuntos presentes.

----- Eram dez horas, o **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, declarou aberta a reunião após o que foi lida, aprovada e assinada a acta da reunião anterior que havia sido aprovada em minuta.-----

----- Seguidamente o **Senhor Presidente**, propôs a **Ordem de Trabalhos** anexa, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

----- Deu-se então início à discussão da **Ordem de Trabalhos**. -----

----- **Ponto um: EXPEDIENTE DA DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO:** -----

----- **Ponto um - um: LICENÇA ESPECIAL PARA OBRAS INACABADAS:**

Pela **Senhora Vereadora Paula Cristina Caldo Chuço**, foi presente uma declaração elaborada nos termos definidos nos artigos 69 e 70 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de Janeiro - C.P.A., na sua última redação, em como se considera impedida para quaisquer intervenções enquanto Vereadora da Câmara, para intervir no seguinte processo de Licença Especial para Obras Inacabadas em nome de **Anabela Albina Caeiro Torres**, por ser parte interessada, pelo que de seguida abandonou a reunião. -----

Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que o presente processo nº. 11/2016, em nome de **Anabela Albina Caeiro Torres**, consiste numa Licença Especial para Obras Inacabadas ao abrigo do artigo 88º do RJUE. -----

A obra em questão foi executada com base no processo submetido em 2016 e aprovados os projetos de arquitetura e especialidades através de deliberações de 19/04/2017 e de 09/08/2017. A obra não foi no entanto concluída dentro do prazo estabelecido e encontra-se por terminar, tendo sido descritos em memória descritiva os trabalhos por executar. -----

Considera-se que não ocorreram alterações no enquadramento legal da pretensão no que concerne ao Instrumento de Gestão Territorial aplicável, que a obra apresenta um estado avançado de execução, pelo que nada existe a opor ao deferimento da pretensão, concedendo a licença pelo prazo solicitado de três meses, após submissão dos elementos necessários à emissão / averbamento do alvará. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade **conceder** a solicitada licença especial para conclusão de obras inacabadas, para a referida obra de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**, concedendo a licença pelo prazo solicitado de três meses, após submissão dos elementos necessários à emissão / averbamento do alvará. -----

Ato contínuo a Senhora Vereadora regressou à reunião. -----

----- **Ponto um - dois: EMISSÃO DE CERTIDÕES:** Presentes os seguintes pedidos de emissão de certidões em nome de: -----

- **João António da Silva**, a solicitar a emissão de uma certidão comprovativa de que não era exigível a licença de utilização à data de construção do prédio ins-

crito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1345 da freguesia de Cabeção, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 475 da mesma freguesia, com a área de implantação e de construção de 67,00 m2. -----

Solicita ainda que se comprove que o imóvel se situa na Rua de S. José, n.º 23. A caderneta e certidão referem como morada a Rua Vasco da Gama, n.º 2 mas, verificando-se que o imóvel se situa no gaveto entre as duas ruas referidas, esta localização terá correspondido a um anterior acesso, entretanto alterado. A confirmar a situação, juntou o requerente atestado emitido pela Junta de Freguesia de Cabeção. -----

Verifica-se que foi entregue cópia da caderneta predial urbana, onde consta que o prédio foi inscrito na matriz em 1981, ampliado em maio desse ano e que provém do artigo 1002. -----

Sendo assim, presume-se que o imóvel tenha sido construído e ampliado em data anterior à da entrada em vigor do Plano Diretor Municipal, cuja ratificação é de 29/06/1987, situando-se fora do perímetro urbano e das zonas rurais de proteção fixadas para a sede de concelho e não existindo prova de qualquer deliberação municipal que tornasse extensivo o regime de licenciamento introduzido pelo RGEU àquele local. Assim, em conformidade com o artigo 4.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização, não seria obrigatório o licenciamento municipal e a respetiva licença de utilização à data da sua construção, pelo que se submete o assunto a decisão. -----

Relativamente à morada, e face ao atestado emitido pela Junta de Freguesia de Cabeção, nada existe a opor ao deferimento da pretensão. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade emitir parecer favorável, deferindo o pedido, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**.

Mais deliberou por unanimidade certificar que o referido imóvel se situa na Rua de S. José, n.º 23, face ao atestado emitido pela Junta de Freguesia de Cabeção. -----

- **Mário dos Santos Durand**, a solicitar a emissão de uma certidão comprovativa de que não era exigível a licença de utilização à data de construção do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 20 da freguesia de Mora, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 831 da mesma freguesia, com a área de implantação e de construção de 34,74 m2. Solicita ainda que se comprove que o imóvel se situa na Rua de Cabeção, n.º 39, anteriormente designada por Estrada de Cabeção. -----

Verifica-se que foi aditada atualização da caderneta predial urbana, onde consta que o prédio foi inscrito na matriz antes de 7 de agosto de 1951, pese embora nos dados de avaliação conste a data de 1970. De referir ainda que, em nome de um anterior proprietário, foi localizado um processo de obras relativo ao imóvel em causa, apresentado em 1963, que solicitava alteração de fachada e que foi decidido em reunião ordinária realizada em 6/11/1963. -----

Sendo assim, e atento também o n.º de artigo, presume-se que o imóvel tenha sido construído em data anterior à da entrada em vigor do regime de licenciamento introduzido pelo RGEU. Assim, não seria obrigatório o licenciamento municipal e a respetiva licença de utilização à data da sua construção, pelo que se submete o assunto a decisão. -----

Relativamente à morada, e face ao parecer do serviço da **Divisão de Obras e Urbanismo** exarado no requerimento, nada existe a opor ao deferimento da pretensão. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade emitir parecer favorável, defe-

rindo o pedido, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**. Mais deliberou por unanimidade **certificar** que o referido imóvel se situa na Rua de Cabeção, n.º 39, face ao parecer do serviço da **Divisão de Obras e Urbanismo** exarado no requerimento. -----

- **Fábio Alexandre dos Santos Varela** e por **Inês Andreia Teles Pereira**, na qualidade de promitentes-compradores do prédio denominado “Ladeiras”, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 994 da Freguesia de Mora, inscrito na matriz parte rústica sob o artigo 265, Secção A da mesma freguesia, parte urbana sob o artigo 2697, com a área total de 0,25 ha, requerendo a emissão de parecer favorável ao negócio de compropriedade que se pretende concretizar relativamente ao mesmo. O pedido é enquadrado pelo art.º 54.º da Lei 91/95 de 2 de setembro com a redação em vigor. -----

Pese embora se verifiquem divergências no que se refere à área da parte urbana, afigura-se que o pedido poderá ser decidido por se referir à parte rústica, em conformidade com o estabelecido no artigo 54.º atrás referido.-----

Tendo presente o teor do parecer jurídico ref.ª C.M.Mora 59 de 23/09/2005, verifica-se que do requerimento apresentado, bem como da natureza do negócio que se visa concretizar - aquisição do prédio por duas pessoas que declaram viver em união de facto continuamente há mais de 5 anos - não resulta, sem mais, que ocorram os pressupostos de parecer desfavorável, referidos no nº 2 do artigo 54.º supracitado. -----

Assim, porque do requerimento apresentado não se indicia a verificação de qualquer dos fundamentos previstos para a emissão de parecer desfavorável, propõe-se que a Câmara Municipal decida não manifestar oposição ao negócio de compropriedade apresentado, desde que do registo não resulte qualquer

parcelamento físico da propriedade em violação do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação. -----

Com base no parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo** e do **Consultor Jurídico** a **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade não vêr qualquer inconveniente na constituição da referida compropriedade, desde que do registo não resulte qualquer parcelamento físico da propriedade em violação do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação. -----

----- **Ponto um - três: PROCEDIMENTO TIPO POR CONCURSO PÚBLICO, "PARQUE VERDE - CONSTRUÇÃO DO PARQUE URBANO E ESPAÇO MULTIUSOS PARA A JUVENTUDE" LIBERAÇÃO FASEADA DA CAUÇÃO,**

**1º. ANO APÓS A RECEÇÃO:** Presente ofício da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que o abrigo do Artigo 295º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, o Empreiteiro ArquiJardim, S.A., solicita a liberação faseada da caução prestada para garantia da empreitada em epígrafe. Para o efeito foi realizada uma vistoria à obra, em 17-05-2019, não se tendo verificado a existência de defeitos da responsabilidade do Empreiteiro, para além das anomalias identificadas (substituição de árvores e arbustos e reparação dos maciços) para as quais foi concedido um prazo mais alargado.-----

Face ao exposto, e decorrido já 1 (um) ano da data da receção provisória da obra (em 19-02-2018), propõe-se que seja autorizada a liberação da caução no valor de **29.613,13€**, correspondente a **30% do valor total da caução (98.710,46€)**. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento, manifestou o seu acordo com a proposta apresentada e deliberou por unanimidade autorizar a liberação da caução no valor de **29.613,13€**, correspondente a **30% do valor total da caução**

(98.710,46€). -----

----- **Ponto um - quatro: OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO:** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que foi apresentado, através do balcão do Empreendedor, pedido de autorização para ocupação do espaço público com esplanada, em nome de **José Miguel Branco Guerra**, nos termos dos números 4 e 5 do art.º 12.º do Decreto-Lei 48/2011 de 1 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 10/2015 de 16/01. -----

De acordo com a declaração apresentada, o equipamento não cumpre com todos os critérios previstos no Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público - objeto dos Avisos 14737/2015 de 17/12 e 4858/2016 de 12/04 publicados na 2.ª série do Diário da República. -----

O pedido refere-se à instalação de esplanada, que inclui como equipamento um estrado, junto à **Sociedade de Instrução Musical Morense, no Beco do Teatro, em Mora**. Pese embora o arruamento possua um sinal de trânsito proibido, constata-se a necessidade de acesso de veículos automóveis aos edifícios existentes para cargas e descargas ou situações de emergência, suscitando-se dúvidas se ao arruamento se poderia atribuir carácter exclusivamente pedonal. Assim, optou-se por enquadrar o pedido no regime de autorização, considerando que poderá estar em causa o incumprimento do artigo 45.º, n.º 1, alínea f) - "Não ocupar espaços destinados a circulação rodoviária ou estacionamento público". -----

Em conformidade com o artigo 7.º do Regulamento em causa confirma-se a possibilidade de dispensa dos critérios referidos, que integram o seu Capítulo IV. De mencionar, também, que a pretensão já foi deferida anteriormente, com a condição de que a esplanada possuísse largura máxima de 2,00 metros, por

forma a deixar livre um corredor para acesso automóvel com 2,90 metros de largura. O requerente indica que cumpre o anteriormente estabelecido, ou seja, deixa passagem livre de obstáculos com essa dimensão. -----

Submete-se assim o pedido de dispensa de requisitos a deliberação de Câmara, sendo que a pretensão deverá cumprir com todas as outras condições constantes no regulamento em causa. -----

Nestas circunstâncias, e em caso de deferimento, a decisão será registada no BdE, que processará as notificações adequadas. Como a taxa não está a ser calculada automaticamente, deverão os serviços proceder à sua atribuição prévia e registo no BdE em conformidade com o Regulamento de Taxas e Licenças Municipais e emitir guia de receita com o valor cobrado. O montante será recebido pela AMA, em conformidade com o protocolo celebrado, que depois procederá à transferência para o Município. -----

Deferido por unanimidade de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**. -----

----- **Ponto dois: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE ACÇÃO SÓCIO CULTURAL:** -----

----- **Ponto dois - um: ASSOCIAÇÃO VETERANOS AMIGOS MORENSES -**

**PROPOSTA DE SUBSÍDIO:** Presente informação da **Unidade de Acção sócio Cultural** informando que ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº 1 do Art. 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com art. 9º do Regulamento de de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora é presente a seguinte proposta que respeita os requisitos exigidos pelo regulamento supra referido, nomeadamente os previstos nos Artigos 5, 12, 14 e 15. -----

Face ao pedido de apoio apresentado pela **Associação Veteranos Amigos**



**Morenses**, conforme documentação em anexo, propomos a atribuição de um subsídio no valor de **250,00€**, destinado a apoiar o **IX Torneio de Futebol Veterano de Mora**, a realizar no próximo dia 1 de Junho. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade manifestar o seu acordo com a proposta apresentada, concedendo o referido subsídio no valor de **250,00€**, (**duzentos e cinquenta euros**) à **Associação Veteranos Amigos Morenses**, destinado a apoiar o **IX Torneio de Futebol Veterano de Mora**, a realizar no próximo dia 1 de Junho, ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº. 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o artigo 9º. do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora, em vigor. -----

----- **Ponto dois - dois: TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS 2019 - PROPOS-**

**TA APOIO:** Presente informação da **Unidade de Ação SócioCultural** informando que dando seguimento aos trabalhos arqueológicos que têm vindo a ser realizados no nosso Concelho, propõe-nos a **Dr.ª Leonor Rocha** realizar novos trabalhos em 2019, conforme documentação em anexo à presente informação.

Os apoios solicitados para a realização da campanha, que se realizará de 12 a 30 de Agosto, são: -----

- alojamento para uma equipa de 8 pessoas; -----
- pagamento das despesas com as refeições. -----

Além disso, solicita-nos também o fornecimento do combustível necessário à deslocação dos membros da equipa, até ao limite máximo de 400,00€. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade manifestar o seu acordo com a proposta apresentada indo proceder em conformidade. -----

----- **Ponto dois - três: MOTOCLUBE DE BROTAS - PROPOSTA DE SUBSÍDIO E DE APOIOS À XXIII CONCENTRAÇÃO MOTARD:** Presente informação da **Unidade de Ação Sócio Cultural** informando que ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº 1 do Art. 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com art. 9º do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora é presente a seguinte proposta que respeita os requisitos exigidos pelo regulamento supra referido, nomeadamente os previstos nos Artigos 5, 12, 13, 14, 15 e 18. -----

Na sequência da comunicação recebida, vimos propor a atribuição de um subsídio de **2500,00€**, destinado a custear parte das despesas com a **XXIII Concentração Motard de Brotas**, realizada nos passados dias 24, 25 e 26 de Maio. A **Câmara Municipal** analisou a proposta e deliberou por unanimidade conceder o referido subsídio no valor de **2.500,00**, ao MotoClube de Brotas, destinado a custear parte das despesas com a **XXIII Concentração Motard de Brotas**, realizada nos passados dias 24, 25 e 26 de Maio, ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº. 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o artigo 9º. do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora, em vigor, condicionado no entanto este apoio à gratuidade dos espetáculos. -----

----- **Ponto três: EXPEDIENTE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** -----

----- **Ponto três - um: RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA:** Foi presente o **Resumo Diário de Tesouraria** com data de ontem, o qual acusa o saldo em **Dotações Orçamentais** no valor de **2.270.217,35€, dois milhões duzentos e setenta mil duzentos e dezassete euros e trinta e cinco cêntimos** e Dota-

ções não Orçamentais no valor de **57.224,08€, cinquenta e sete mil duzentos e vinte e quatro euros e oito cêntimos.** -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - dois: MAPA DE PAGAMENTOS AUTORIZADOS:** Presente mapa de pagamentos autorizados nos termos da alínea g) do artigo trinta e cinco da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, no valor de **178.030,36€, cento e setenta e oito mil e trinta euros e trinta e seis cêntimos.**-----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - três: PAGAMENTO DE RECIBO DE ÁGUA EM PRESTA-  
ÇÕES:** Presente informação da **Secção Administrativa - Serviço de Águas** enviando para deliberação, carta em nome de **Maria Eduarda Reis Fortes Espinheira**, residente em **Fontanas, Brotas**, solicitando que o valor do recibo de água, da quantia de 1.947.48 €, seja dividido em 12 prestações mensais.-----  
Propõe-se que seja retirado o valor de 279.90 €, respeitante aos resíduos sólidos. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar o pagamento da referida importância de **1.947.48 €, mil novecentos e quarenta e sete euros e quarenta e oito cêntimos**, seja dividido em **12 prestações mensais**, bem como retirar o valor de **279.90 €** duzentos e setenta e nove euros, respeitante aos resíduos sólidos. -----

----- **Ponto quatro: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE SERVIÇOS URBANOS E AMBIENTE:** -----

----- **Ponto cinco: EXPEDIENTE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:** -----

----- **Ponto cinco - um: DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE:** A Câma-

**ra Municipal** ratificou e tomou conhecimento dos seguintes despachos do  
**Senhor Presidente:** -----

- **Em que determinou**, certificar com base no parecer Técnico anexo ao presente despacho, que para o prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº. 311 da freguesia de Mora, construído antes de 1951 e em data anterior à da entrada em vigor do Plano Diretor Municipal, e por iniciativa da Administração Central do Estado, não era exigível o licenciamento Municipal e a respetiva licença de utilização. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade ratificar o despacho dado pelo Senhor Presidente. -----

- **Em que determinou**, abrir procedimento tipo Ajuste Direto para "Remodelação das instalações de AVAC do Parque de Feiras de Mora", nos termos do Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua última redação, pelo prazo de 09 dias, em conformidade com o Convite e Caderno de Encargos. -----

**Mais determinou** que a única empresa a consultar seja: João Assis, S.A. - NIPC:500 279 071. -----

**Determinou também** aprovar o Convite e Caderno de Encargos, respetivos. -----

O valor base do procedimento é de 29.900,00€. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

----- **Ponto cinco - dois: LEGALIZAÇÃO DO PRÉDIO URBANO ARTIGO**

**311, SITO NA FREGUESIA DE MORA:** Presente informação do Senhor Presidente da Câmara informando que para legalizar o prédio urbano sito na freguesia de Mora com o artigo 311, propõe que a Câmara Municipal lhe dê poderes para outorgar na escritura de justificação e posterior registo. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade, **legalizar** e **autorizar** o

**Senhor Presidente da Câmara, Luís Simão Duarte de Matos**, a outorgar na escritura de justificação para legalizar o prédio urbano sito na freguesia de Mora com o artigo 311. -----

----- **Ponto cinco - três: CEDÊNCIA DE TRANSPORTE:** Presente informação do **Senhor Vereador do Pelouro dos Transportes, Marco Filipe Barreiros Pires**, informando que dando cumprimento ao estipulado no **Regulamento de Cedência de Veículos de Passageiros do Município de Mora** e na sequência da reunião havida com as **Juntas de Freguesia e Associações de Reformados do Concelho**, no passado dia 15 de Maio, propõe-se ao **Executivo Municipal** a aprovação da cedência dos seguintes transportes: -----

- **Associação de Reformados de Brotas**, para um passeio nos dias 11 de Junho e 30 de Julho; -----

- **ASDIC**, para um passeio nos dias 18 de Junho, 31 de Julho e 14 de Agosto;----

- **ARPI de Mora**, para um passeio nos dias 21 e 27 de junho, 25 de Julho e 8 de Agosto; -----

- **Associação de Reformados de Pavia** para um passeio nos dias 25 de Junho, 23 de Julho e 20 de Agosto; -----

- **Junta de Freguesia de Brotas** para um passeio nos dias 2 de Julho e 22 de Agosto; -----

- **Junta de Freguesia de Mora** para um passeio no dia 11 de Julho; -----

- **Junta de Freguesia de Pavia** para um passeio nos dias 19 de Junho, 10 e 17 de Julho. -----

- **Câmara Municipal de Arraiolos**, para apoio no transporte das crianças da freguesia do Vimieiro para participarem nas Comemorações do Dia Mundial da Criança (3 de Junho); -----

- **Associação Amigos da Natureza de Cabeção**, para apoio no transporte dos participantes na XXVI Descida Ribeira de Seda ( 13 e 14 Julho); -----

- **Associação “Tocar a Emoção”**, para uma atuação em Assenta (14 de Julho) e no Couço (6 de Julho); -----

- **Agrupamento de Escolas de Mora**, para uma deslocação dos alunos da Escola Básica/Jardim de Infância de Cabeção a Monsaraz (12 de Junho).-----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar a cedência de transporte às Instituições acima referidas. -----

----- **Ponto seis: INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não houve público presente.

----- **Ponto sete: APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA PRESENTE REUNIÃO:** Aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO:** E não havendo mais nada a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, eram dez horas e trinta minutos, de tudo para constar se lavrou a presente acta. -----

E eu, Assistente Técnica exercendo  
funções na **Divisão Administrativa/Financeira**, para o efeito designada por deliberação tomada em reunião ordinária da **Câmara Municipal de Mora**, realizada no dia seis de Novembro de dois mil e treze, a lavrei, subscrevo e assino.-